

## posta de Baker ao FMI

SEUL — O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não ficou preocupado com o discurso do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, afirmando que a instituição não abrirá mão de seus programas de austeridade para equilibrar as economias dos países endividados.

Para Funaro, importante foi a declaração do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, favorável à solução dos problemas das nações devedoras através do crescimento econômico. Afinal, o Governo americano tem mais de 30 por cento dos votos do FMI e pode ajudar a mudar a ótica do Fundo, afirmou.

Os outros integrantes da delegação brasileira também absorveram bem os discursos de Larosière e Baker, na sessão de abertura da reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial (Bird). Para o Secretário-Geral do Planejamento, Andrea Sandro Calabi, a posição do Secretário do Tesouro americano representa uma autocrítica de Washington, pois a falta de créditos dos bancos comerciais, nos últimos anos, resulta, em parte, de restrições impostas pelo Congresso e o Governo dos Estados Unidos à expansão dos empréstimos internacionais. Esta limitação acabou prejudicando seriamente os países em desenvolvimento, colhendo na crise até as nações que não estavam em situação perigosa, como a Colômbia.

Pela proposta de Baker, os bancos comerciais deverão conceder, nos próximos três anos, novos créditos num total de US\$ 20 bilhões às nações devedoras, enquanto as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entrariam com mais US\$ 9 bilhões. Ele advertiu que o Governo americano não aceitará o fim da estratégia de negociação caso a caso da dívida externa, adotada há três anos, e disse que os países que não se submeterem



Funaro na abertura do encontro do FMI

aos programas prescritos pelo FMI não receberão novos créditos.

Calabi estranhou, porém, que Baker queira exigir reajustes rápidos dos países devedores, se os Estados Unidos se comprometem a eliminar seu déficit de mais de US\$ 180 bilhões em seis anos (até 1991). Essa diferença na velocidade dos programas de reajuste é a pedra de toque das discussões que Calabi, o Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, e o Secretário para Assuntos Econômicos Internacionais do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior, vêm mantendo aqui com o staff do FMI.

O discurso de Larosière conteve críticas ao Brasil — não mencionado diretamente. O Diretor-Gerente do FMI condenou, em especial, a indexação (correção monetária de preços, salários e ativos), adotada apenas pelo Governo brasileiro:

— Para frear a inflação, sem provocar uma grave desaceleração da atividade econômica, é preciso adotar medidas estruturais, que reduzam o automatismo da indexação e acrescentem flexibilidade aos preços relativos. Depois de postas tais medidas em prática, existem outros métodos mais diretos, como o congelamento de preços e salários, que podem ser eficazes como medidas transitórias.

Em seu discurso de 14 páginas, Larosière rebateu, ponto por ponto todas as críticas à atuação do FMI como responsável pela recessão nos países que se submeteram a seus programas de ajustamento econômico. E lembrou que a responsabilidade pelos fracassos de ajustamento interno em várias nações deve ser creditada à falta de apoio voluntário dos bancos comerciais ao ajustamento externo dos devedores (não concedendo novos créditos) e à pouca disposição de alguns Governos em levar a fundo medidas recomendadas pelo FMI.

O Diretor-Gerente do Fundo não poupou elogios à determinação das autoridades argentinas, ao lançarem seu programa de reforma econômica, que inclui todos os elementos por ele considerados indispensáveis ao reajuste com crescimento.

Larosière elogiou também a Coréia do Sul, anfitriã da reunião, por ter reduzido drasticamente o papel do Estado na economia, liberalizado os preços relativos (como câmbio e juros) e reduzido progressivamente as importações de supérfluos, garantindo um crescimento médio de sete por cento desde 1982. Dois anos depois de ter adotado o programa do Fundo, o país alcançou a estabilidade de preços e duplicou a importação de bens de capital, o que resultou na duplicação também das exportações. A Coréia foi o único país que não deixou de receber créditos voluntários dos bancos comerciais.